

MST: UMA BREVE VISÃO HISTÓRICA¹

ANDRÉA MONIZ DE ARAGÃO FARIAS*

1. INTRODUÇÃO

Na história recente do Brasil observa-se uma luta permanente de setores camponeses contra o latifúndio. Desde as Ligas Camponesas, antes de 1964, passando por formas mais institucionalizadas dos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master)² e pelas ações dos trabalhadores rurais estimuladas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), nas décadas de 1970 e 1980, todos esses movimentos enfrentaram os latifundiários e os governantes na esfera local e federal, obtendo vitórias localizadas.

No entanto, foram todos derrotados do ponto de vista estratégico, na medida em que não conseguiram a efetiva realização da reforma agrária. O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros similares que retomaram à luta pela reforma agrária aponta para um resultado diferenciado do conseguido em outros momentos da história recente. Por isso, o estudo da formação do MST e o seu papel no panorama político nacional devem ser vistos como continuidade e ruptura com movimentos anteriores. Continuidade por perseguir os mesmos fins (a reforma agrária, o fim da atual estrutura fundiária etc.), ruptura no sentido de que sua nova forma de organização (ocupação, acampamentos e pressão sobre o executivo e a justiça etc.) tem surtido efeito, impondo uma redistribuição da propriedade fundiária no país.

Este movimento conheceu várias fases, a *primeira* das quais em meados da década de 1980. Nessa *gestação*, algumas partes merecem destaque: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a CPT e os STRs. Além de ter sido no governo José Sarney (1985-1990), logo após a abertura democrática, isso permitiu um espaço suficiente para o surgimento deste movimento social, que tem como tática fundamental a ocupação da terra. Os trabalhos de base realizados de casa em casa, inicialmente pela CPT, possibilitaram que os trabalhadores rurais tomassem para si o seu próprio destino. Segundo

¹ Esse texto é parte da monografia de final do curso de bacharelado em Ciências Sociais intitulada **MST: ideologia e política** e defendida na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em janeiro de 2004, sob a orientação do professor doutor Antônio da Silva Câmara.

² Conta Fernandes (2000: 34) que, “em 1954, em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, que por sua forma de organização ficou conhecida como a Liga Camponesa de Galléia. (...) Buscaram apoio com o advogado e deputado Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que passou a representá-los. Assim surgiram as famosas Ligas Camponesas. Em 1962, as Ligas Camponesas estavam organizadas em treze estados, promovendo a criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária. Foram extintas com o golpe militar de 1964 junto com o Master, movimento surgido na década de 1950 na resistência de trezentas famílias de posseiros em Encruzilhada do Sul (RS) e que nos anos seguintes se territorializou por todo o estado”.

Bernardo Mançano Fernandes e João Pedro Stédile (1999: 66-67), isso teria ocorrido devido à crise que transtornava o país:

Estávamos em fase de gestação. Na época, o governo da Nova República tentava mostrar para a sociedade que queria fazer a reforma agrária. Para tanto, cooptou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Contag. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) era nesses tempos dirigido por gente desses dois partidos. O Congresso da Contag, em 1985, foi um festival de palestras de ministros. Onze ministros falaram e houve ainda a presença do próprio Sarney. Nós, ao contrário, insistíamos que a reforma agrária só avançaria com ocupações. (...) Como a Nova República era um governo que se dizia comprometido com a democracia, não pôde nos reprimir. Foi o período em que mais ocupamos sedes do INCRA e um dos mais férteis em termos de conquistas concretas. Ocorreram muitas desapropriações e muitos assentamentos. (...) Nessa época surgiu a União Democrática Ruralista (UDR) com duas intenções: reprimir o MST e, sobretudo, fazer pressão sobre o governo. Ou seja: fazer com que Sarney reprimisse (...). Praticamente a única derrota social que ocorreu na Constituinte foi na questão agrária, pois em todos os outros itens houve avanços

A segunda fase foi a de territorialização e consolidação do MST no Brasil, que vai de 1985 até 1990. Nela, cada estado tem seu nível de crescimento e engajamento. É quando os trabalhadores sem-terra enfrentam o Estado e os latifundiários e, conseqüentemente, se vêem envolvidos em situações de conflito com a polícia e os pistoleiros. Além disso, a repercussão que o movimento encontra na mídia é ambígua, ora ajudando na divulgação da luta, ora auxiliando na criminalização de suas ações. Tais enfrentamentos ocorreram em todas as ocupações: a resistência pacífica e a reorganização rápida foram fatores culminantes no processo de conquista da terra, pois se tratou de desafiar uma estrutura agrária onde predominava os grandes latifúndios produtivos ou ociosos, excluindo os pequenos produtores agrícolas.

Em 1989, o governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) ampliou a repressão em todo o país e não realizou as desapropriações requeridas pelos acampados. Foi uma conjuntura com muitas dificuldades materiais, no qual o Movimento, ao perceber que o enfrentamento seria suicídio, voltou-se para dentro, de maneira a organizar a produção. De acordo com Fernandes e Stédile (1999: 70), predominava o sentimento de que era preciso resistir enquanto a direita fortalecia-se:

Por outro lado, a direita se sentiu vitoriosa, porque alterou a correlação de forças. E passou a pressionar nos estados, por meio dos governadores, das Polícias Militares, da articulação dos fazendeiros etc.

No entanto, os sem-terra resistiram ao avanço da repressão até o término antecipado do mandato de Collor, em 1992, por conta do *impeachment*:

Foi uma loucura. Foram três anos comendo o pão que o diabo amassou. A entrada do governo Itamar Franco foi um alívio muito grande. Do ponto de vista das conquistas reabriu um período semelhante ao da Nova República, embora atrasado (idem: 71)

A partir de 1990, a territorialização avançou de 19 para 23 estados. Mesmo durante a perseguição do governo Collor o MST conseguiu manter o seu crescimento. Sobre este governo, os autores citados informam:

O governo Collor, além de não fazer a reforma agrária, resolveu reprimir o MST. Acionou a Polícia Federal, o que é um agravante, pois não é uma tropa de choque, é repressão política pura. O agente da Polícia Federal é um sujeito mais preparado, mais sedimentado. Não batiam mais em nossas canelas, batiam na cabeça. Essa repressão nos afetou muito, muita gente foi presa. Começaram a fazer escuta telefônica. Tivemos pelo menos quatro secretarias estaduais invadidas pela Polícia Federal (idem: 69)

O governo Itamar (1992-1994) reformulou o INCRA e o Ministério da Agricultura, retirando Antônio Cabrera (um dos maiores fazendeiros e pecuaristas paulistas, na época filiado à UDR) daquele Ministério e nomeando Sinval Guazelli, ex-governador do Rio Grande do Sul, para este cargo. Nesta ocasião, o Movimento negocia com o Ministério do Trabalho e, pela primeira vez, é recebido pelo presidente da República: "*Sentar, negociar e nos dar o status de interlocutor político, somente com o governo Itamar*".

Com a entrada de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1995, prometendo a realização da reforma agrária, ocorreu maior flexibilização dos órgãos públicos dedicados à reforma agrária, como foi o caso do INCRA. Além disso, devido aos massacres de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA), com as *Marchas* à Brasília (DF) a partir de 1997, a mídia, forçadamente, dará maior visibilidade ao MST. O terrorismo agrário não se extinguiu na era FHC (1995-2002), sendo perpetrado com mais violência na região Norte do país. Neste período, o MST se organiza realizando congressos nacionais e se estendendo para a maioria dos estados brasileiros, adquirindo uma dimensão nacional, com troca de experiências dos camponeses sem-terra de todas as regiões do país.

A *terceira fase, de consolidação*, através da inserção na esfera produtiva, foi realizada nos assentamentos conquistados. A isto se segue a construção de infra-estrutura básica, tanto do ponto de vista de moradia quanto de produção e formação. Particularmente quanto à educação, o Movimento orientou-se pela modificação dos padrões vigentes, fomentando a criação de escolas nos assentamentos e implementando práticas pedagógicas diferenciadas da educação estatal dominante. Outro procedimento, de caráter educativo e político, consistiu no estímulo à formação de quadros técnicos e políticos, na escola de formação criada pelo próprio MST no Rio Grande do Sul.

No presente momento, a tática da ocupação permanece como forma de pressionar o governo Luiz Inácio Lula da Silva para a realização de uma reforma agrária massiva. Além de usar esta tática, o MST tem pressionado o

governo para indicar dirigentes regionais do INCRA identificados com a luta pela reforma agrária e se disposto mesmo a discutir a realização de planos regionais para a consecução da desejada reforma. Observe-se que até agora não se verificou uma mudança drástica dos rumos do governo em relação à política agrária do governo anterior.

2. SURGIMENTO DO MST

Na reconstituição de Fernandes (2000a: 23), o MST origina-se da experiência de organização camponesa das CPTs, as únicas capazes de unificar estes trabalhadores em todo o território nacional:

Ela reuniu as lutas do Brasil inteiro e permitiu que as pessoas que participam dessas lutas se conhecessem, trocassem experiências e decidissem formar um movimento nacional. E este movimento se tornou autônomo, independente da Igreja, e não se deixou cooptar por partidos nem sindicatos

Entre 1979 e 1984 ocorreram as primeiras ocupações de terra, reuniões e encontros, que proporcionaram, em 1984, a criação do MST no 1º *Encontro Nacional*, realizado em Cascavel (PR), entre os dias 21 e 29 de janeiro. No ano seguinte ocorreu o 1º *Congresso*, em Curitiba (PR), principiando o que Fernandes denomina processo de territorialização pelo Brasil. Este mesmo autor elenca as lutas realizadas pelo Movimento nesta fase de formação, principalmente ocupações, desocupações judiciais, reocupações, com vitórias parciais ou derrotas temporárias, no Rio Grande do Sul inicialmente. Podemos exemplificar com a luta dos colonos que habitavam a reserva indígena de Nonoai, pertencente aos indígenas *Kaingang*. Os colonos que ocuparam a reserva desde 1940 foram definitivamente expulsos pelos índios em 1978 e parte destas famílias optaram por ocupar terras na própria região. Segundo Fernandes (2000: 51),

em junho de 1978, alguns grupos de famílias isoladas e sem uma forma de organização definida entraram nas glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta (RS), e na Reserva Florestal da fazenda Sarandi, em Rondinha. As glebas eram terras públicas que estavam arrendadas para empresas. As ocupações começaram com trinta famílias e chegaram a quase trezentas. Essa ação tem um importante significado histórico, porque a luta recomeçava exatamente onde havia sido interrompida em 1963. Frente ao fato, o governo do estado enviou o secretário da Agricultura para cadastrar essas famílias, prometendo assentá-las “quando fosse feita a reforma agrária”. Com este ato, os colonos foram convencidos a retornarem para a casa de amigos e familiares, onde estavam abrigados. Desse modo, se por um lado o governo tentou se livrar do problema, por outro lado surgiram muitas famílias querendo se cadastrar, com a esperança de serem assentadas no Rio Grande do Sul

Para Ademar Bogo, parte dos colonos que vieram da Reserva Nonoai acamparam no local denominado Encruzilhada Natalino, camponeses remanescentes da gleba Brilhante e sem-terra de outras regiões, ocupando

uma fazenda que passou a ser chamada de Reserva Natalino. Com o apoio da CPT e da Igreja Luterana, os camponeses provaram que existiam latifúndios por exploração. Entre 1980 e 1983, o acampamento (que chegou a ter mais de seiscentas famílias) enfrentou os governos estadual e federal. Esta situação crítica só começou a ser resolvida a partir de 1982, inicialmente com a compra, por parte da Igreja Católica e com o apoio da Igreja, de uma área provisória que foi cedida ao Movimento. Por fim, em 1983 o governo adquiriu 1.870 hectares em três municípios, assentando definitivamente as famílias até então acampadas. A partir desse ano o Movimento se expande para os Estados de Santa Catarina, São Paulo (no Pontal de Paranapanema), Mato Grosso do Sul e, posteriormente, todo o país. Entre 1983 e 1985 consolida-se o movimento de sem-terra no país, com ênfase para a região Sul, São Paulo e Mato Grosso Sul. No *Quadro 1*, em Anexo, podemos observar as principais ocupações e seus resultados no período que antecede a formação do Movimento.

3. PROCESSO DE EXPANSÃO DO MST

A partir de 1987 o MST se expande para outras regiões, ocorrendo ocupações em vários estados do Nordeste e Centro-Oeste. Lideranças suas são transferidas do sul do país para estes estados, sofrendo inclusive rejeição inicial, tanto por parte dos camponeses quanto do poder local nos diversos municípios onde as primeiras ocupações se concretizaram. A violência rural que se abateu no passado sobre as Ligas Camponesas se repetirá no processo de expansão do MST, sobretudo em Pernambuco e na Paraíba. O *Quadro 2* (em Anexo) traz um quadro sinótico das ocupações em estados nordestinos.

O Maranhão (vide *Quadro 3*, em Anexo) é diferenciado do restante da região, aproximando-se dos casos de expansão do MST no Norte. Na área amazônica, ocupada por grandes empresas desde a década de 1970, os conflitos iniciais se deram em 1985 em função da ocupação de uma vasta área apropriada por empresas como Varig, Sharp, Cacique, Mesbla e Pão de Açúcar. A primeira onda de ocupações dos camponeses se deu com a unidade de ação do Centro de Educação do Trabalhador Rural do MST. Vários conflitos se sucederam com a UDR, inclusive com a morte do padre Josimo Tavares, em 1987, no município de Imperatriz (MA). Nesta região ocorreram diversas ocupações com bastante resistência aos pistoleiros da UDR.

Na região Norte, o Movimento expandiu-se também a partir do final da década de 1980, sobretudo em áreas de histórico conflituoso como os Estados do Pará e Rondônia. Neste último aconteceram três grandes ocupações entre 1989 e 1990: na fazenda Seringal, no município de Espigão do Oeste; na fazenda Adriana, em Cerejeiras, e na fazenda Lambarão, em Espigão Norte. Nos três casos, o resultado depois de despejos, reocupações e negociações implicou no assentamento das famílias ocupantes em 1991.

Foi no contexto do 1º Encontro de Cascavel e do 1º Congresso de Curitiba que grupos de trabalhadores paraenses criaram a expectativa de iniciar um movimento de sem-terra naquele estado. Com a ajuda da CPT e de alguns STRs vinculados à CUT, começaram os trabalhos de base já em 1990. Nesse

ano ocorreu a primeira ocupação na fazenda Ingá, latifúndio com quinze mil hectares. Os sem-terra lutaram junto aos posseiros pela reforma agrária no estado com o maior índice de violência contra trabalhadores rurais. Os posseiros ali residentes não obedeciam à *Lei de Terras*, de 1850³, mas se apropriaram das terras desde a construção da Belém-Brasília; os proprietários, alguns dos quais “grileiros”, estavam enquadrados nesta Lei. Compreendiam grandes empresas, como Volkswagen, Bradesco, Banco Econômico, Bamerindus e Lunardelli, que se apropriaram “licitamente” de grandes porções de terra nessa área. Entre 1989 e 1998 foram assassinadas 398 pessoas nesses conflitos.

Em 1992, posseiros e sem-terra comemoravam a implantação do assentamento Ingá. E começaram a proliferar as ocupações: a fazenda Canarana, em Conceição do Araguaia (PA), foi conquistada em 1993 e sua ocupação massiva reprimida pela Polícia Federal em Marabá (PA), acusados de serem guerrilheiros e estarem fazendo ocupações em série, em pleno governo Collor. Exigiram desapropriação, fizeram reivindicações e ocuparam a fazenda Rio Branco, cuja desapropriação somente ocorrerá no governo FHC. No entanto, quando isto ocorre os sem-terra já se encontravam em nova situação de conflito na fazenda Macaxeiras, cenário da maior chacina de camponeses depois da redemocratização.

O episódio, conhecido por *Massacre de Eldorado dos Carajás*, foi amplamente noticiado pela imprensa nacional e internacional e consistiu no assassinato de dezenove sem-terra cometido por policiais militares no dia 17 de abril de 1996, após confronto dos camponeses desarmados contra duas tropas policiais equipadas com armas de fogo. Este fato decorreu de ordem do governador do Pará, Almir Gabriel, do secretário de Segurança Pública e do Comandante da Polícia Militar, que enviaram dois destacamentos militares com o objetivo de desbloquear um trecho da rodovia PA-150, situado entre os municípios de Eldorado dos Carajás e Curionópolis, ocupado por 1.500 trabalhadores sem-terra em protesto contra o governo estadual. Esta manifestação ocorria após o cumprimento de ordem judicial que obrigou os sem-terra a desocuparem a fazenda Macaxeira, localizada em Eldorado dos Carajás, na qual estavam acampados desde outubro de 1995. Os sem-terra esperavam transporte para ir até Belém (PA) exigir do governo a conclusão do processo de desapropriação da fazenda⁴. Segundo a imprensa,

os sem-terra foram cercados por duas tropas da Polícia Militar com um contingente de 155 homens. A Oeste, por policiais do quartel de Paraupabas. A leste, pela tropa de Marabá (apud. Câmara e Marambaia, 2000).

³ De acordo com essa Lei, cujas normas permanecem em vigor, a propriedade da terra só pode ser obtida por escritura pública, documento de herança ou compra. Para a terra comprovar hoje sua legalidade deve demonstrar a cadeia sucessória ininterrupta desde 1850. As empresas adquiriram terras por escrituras às vezes forjadas ou com limites territoriais indefinidos, que interpretavam em seu favor (Nota da Redação).

⁴ Note-se que o processo de desapropriação já se encontrava em curso, razão pela qual o pedido de reintegração de posse expedido desde 1995 não foi cumprido de imediato por solicitação do INCRA.

Era o segundo massacre no governo de FHC. O primeiro tivera lugar em Corumbiara (RO), em 9 de agosto de 1995, quando 514 famílias ocuparam a fazenda Santa Elina. Durante o despejo, dez sem-terra e dois policiais foram mortos. No dia 14 de março de 1998 quinhentas famílias ocuparam a fazenda Goiás II, em Paraopebas. Na desocupação, mais duas lideranças mortas: Onalício Araújo Barros, o Fusquinha, e Valentim Serra, o Doutor. Em agosto de 1999 aconteceu o primeiro julgamento e os comandantes da operação que resultou no massacre de Eldorado dos Carajás foram absolvidos. O julgamento foi interrompido e os principais responsáveis pelo massacre continuam impunes. De qualquer modo, por esta época o Movimento também se expandiu na região Centro-Oeste, começando por Goiás, como se pode ver no *Quadro 4*, em Anexo.

No Distrito Federal, o MST iniciou sua organização em setembro de 1995, implantando acampamentos abertos e realizando o *1º Encontro do MST/DF*. Em 1º de setembro daquele ano, o Movimento ocupou a fazenda Barriguda, com 4.681 hectares, no município de Buritis, no Noroeste de Minas Gerais. O INCRA desapropriou o latifúndio. Foi a primeira conquista do MST/DF, cujo assentamento veio a se chamar *Mãe das Conquistas*. Outras ocupações foram realizadas com sucesso. O acampamento aberto foi uma das principais formas organizativas, consistindo na aglutinação de forças que seriam mobilizadas para a ocupação de fazendas abandonadas. Naquele período, o MST negociava com o governador Cristovam Buarque, que assumiu o compromisso de assentar 2.500 famílias. Como resultado das negociações foram implantados os assentamentos novos *Vitória e Recanto da Conquista*, em São Sebastião, e *Três Conquistas*, no Paranoá. No dia 14 de julho, um grupo de famílias ocupou a fazenda Vale da Boa Esperança, com 8.820 hectares. O latifúndio já se encontrava em processo de desapropriação, de modo que as famílias foram assentadas e denominaram a área de *Vale da Conquista*. Depois disso elegeram representantes do Distrito Federal para a direção nacional e criaram uma secretaria.

No Mato Grosso, a luta pela terra tem origens na década de 1970 com a organização das Pastorais da Terra em defesa das populações indígenas, expropriadas de suas terras. O Estado entrega as terras para empresas capitalistas tentando impedir o avanço camponês, tendo forçado a migração dos sem-terra e de 250 famílias que estavam na Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, trazidas por Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió. Em 1986 restavam apenas quinze famílias.

No *Congresso de 1993*, o MST decidiu se organizar em Mato Grosso. Alguns militantes de estados próximos, integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT), agentes pastorais, a CPT e membros dos diferentes sindicatos de trabalhadores reuniram-se e formalizaram o apoio à formação do MST, priorizando a luta na região Sudeste do estado, onde existiam grandes empresas agropecuárias e uma forte organização de fazendeiros e latifundiários que afirmavam não haver terra disponível para a reforma agrária. No dia 14 de agosto de 1995 o MST realiza sua primeira ação em prol da reforma agrária no Mato Grosso, ocupando a fazenda Aliança, no município de Pedra Preta, batizando o acampamento de *Zumbi dos Palmares*. A imprensa

mostrava a novidade: “o MST chegou ao Mato Grosso”. Além disso, havia acontecido, três semanas antes, o Massacre de Corumbiara. Em virtude disso foram feitos acordos, os quais não foram cumpridos.

Os sem-terra começaram a pressionar, bloqueando as estradas, fazendo passeatas até Rondonópolis etc. Como tudo isso não resultou no assentamento, realizaram a segunda ocupação em 8 de abril do ano seguinte, quando 1.500 famílias tomaram a fazenda Santa Amélia, no município de Cáceres. Pouco mais de uma semana depois ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás. Todos esses fatos eram referências para que o Estado evitasse a repressão e formalizasse um processo de negociação para assentamento das famílias. O acordo foi firmando, e mais uma vez descumprido. Até que a pressão chegou ao seu limite. Até o final de outubro foram conquistadas dezesseis áreas e as famílias das duas regiões foram assentadas. Desde o primeiro semestre pelo menos vinte fazendeiros ofereceram suas propriedades ao INCRA e declararam aceitar os títulos da dívida agrária.

4. CONSOLIDAÇÃO E CRESCIMENTO NOS ANOS RECENTES

Em entrevista concedida em 2003, Bogo refletia sobre o crescimento do movimento a partir de 1999. De acordo com ele, desde o início do segundo mandato de FHC “*percebemos de imediato que haveria um aprofundamento do modelo econômico e, com isso, a reforma agrária sofreria um duro golpe*”. A tendência do governo em opôr-se ao diálogo e à reforma agrária ficaram visíveis, inclusive com a adesão a mecanismos de reforma de mercado, como o Banco da Terra:

Os interessados deveriam negociar entre si. Os vendedores apresentariam suas terras e os compradores recorreriam ao Banco para fazer financiamentos para adquiri-las. Houve de imediato o crescimento dos protestos e o governo decidiu recorrer às velhas práticas repressivas, conhecidas em outros países como Teoria do Conflito de Baixa Intensidade. Esta política, formulada pelo serviço de inteligência dos Estados Unidos da América, passou a ser desenvolvida, adaptando suas táticas às organizações de trabalhadores sem-terra no Brasil, como já havia ocorrido em vários países da América Latina onde muitas organizações revolucionárias foram destroçadas

Mecanismos de repressão passaram a ser utilizados, bem como uma campanha para desmoralizar o MST através dos meios de comunicação. Em seguida, o governo instituiu uma Medida Provisória (MP) para impedir a ocupação de terras, já que proibía o assentamento em terras invadidas, e cortou as cestas básicas para os acampamentos. Na concepção de Bogo,

o Estado, que deveria enfrentar o latifúndio e fazer a reforma agrária, passou a protegê-lo e a preservá-lo em nome da manutenção da ordem e da garantia do direito de propriedade

Permeava estas táticas estruturantes da política a repressão policial e os processos judiciais, juntamente com o assassinato de lideranças no interior do

Brasil. A agressividade do governo FHC contra os movimentos rurais leva Bogo a caracterizá-lo como o mais repressivo da história recente do país:

Certamente, num futuro muito próximo, ao se estudar a história do Brasil, chegar-se-à à conclusão de que, dentre todos os governos, o de FHC foi o mais violento e repressivo contra os movimentos dos trabalhadores rurais. Nem mesmo a ditadura militar foi tão aterrorizadora, perversa e criminosa quanto a repressão deste governo. Ele interferia diretamente nas áreas de assentamentos através de funcionários contratados, conhecidos como Empreendedores Sociais, que tinham a função de dividir as famílias, colocá-las contra o MST, fazer relatórios diários das atividades que desenvolvíamos e mapear as lideranças, entregando-as para que um departamento dentro da Polícia Federal instalasse processos para intimidar e inibir as mobilizações

Desde a eleição de Lula, em 2002, o MST define que o inimigo é o latifúndio e considera o governo federal um aliado na luta pela reforma agrária. Do ponto de vista prático isto significou um aumento significativo no número de famílias acampadas, hoje estimadas em duzentas mil, contra sessenta mil no fim do governo FHC. Por outro lado, os acampamentos se restringem a áreas próximas às rodovias, na medida em que o Movimento não desejava constranger o governo, que até o presente momento não havia revogado a mencionada MP. O crescimento do número de acampamentos implicou na recrudescência do conflito com os latifundiários, pois, segundo Bogo,

ao sentir o crescimento dos acampamentos e das mobilizações dos sem-terra, os latifundiários se articularam com o poder judiciário e passaram a pressionar o governo para que não avançasse na reforma agrária, conseguindo intimidá-lo. Com isso, fomos acumulando derrotas no campo institucional, onde, só pra se ter uma idéia, até decretos de desapropriação foram revogados, houve congelamento de Marchas e aumento dos processos

Por outro lado, o governo não mudou a política agrícola centrada no agronegócio e a liberação do plantio e comercialização da soja transgênica:

Permaneceu, portanto, a mesma lógica de funcionamento do modelo econômico e, por isso, estamos terminando o ano [de 2003] com uma quantidade insignificante de áreas desapropriadas que atendem apenas a vinte mil famílias

Bogo percebe que o governo não cumpre as expectativas, não avançando na reforma agrária e mantendo todos os mecanismos repressivos do governo anterior:

Os mecanismos de repressão continuam ativos, seja por parte do governo federal, seja dos governos estaduais. Os processos na justiça e na Polícia Federal continuam sendo instalados e julgados, disso decorrem prisões e injustiças de todos os tipos, levando-nos de volta ao período em que tínhamos no país presos políticos. As mortes

umentaram, pois o latifúndio sempre esteve ligado à violência e, por isso, ao voltar à tona a reforma agrária, há a articulação das forças reacionárias do campo para defenderem por conta própria o princípio do Estado de Direito e a manutenção da ordem

O quadro de dificuldades do movimento com o governo será enfrentado pelo MST, na interpretação de Bogo, através das seguintes táticas:

a) *Mobilização de massas*: Desenvolver lutas que estejam voltadas para pressionar o governo, agilizar as desapropriações de terras e acelerar os assentamentos das famílias acampadas. Estas formas de luta oscilaram entre as ocupações, novos acampamentos e marchas para as capitais dos estados;

b) *Busca de créditos para o fortalecimento da agricultura camponesa*: A pequena agricultura deverá ser responsável pela produção de alimentos e, por conta disso, o camponês e os trabalhadores sem-terra precisam de créditos subsidiados para que possam se dedicar com afinco à produção deste produto especial que é o alimento;

c) *Organização da educação*: Da política de reforma agrária deve constar o item da educação como prioridade, do ensino primário ao 3º grau. A juventude depende da escola para permanecer na agricultura;

d) *Formação política e elevação do nível de consciência*: Para o crescimento da quantidade deve corresponder a qualidade. Logo, a formação política será prioridade nestes próximos meses pois é preciso formar milhares de novas lideranças;

e) *Articulação com as demais lutas sociais*: As lutas precisam estar integradas e os movimentos sociais articulados para que as reivindicações particulares se tornem um programa de lutas conjuntas. Enfim, o momento político é diferente do que foi até 2002. As lutas agora precisam ser de qualidade e longa duração, posto que os inimigos do povo brasileiro estão cada vez mais preparados e, por isso, somente as lutas poderão modificar o rumo da história;

f) *Combate ao modelo econômico e à política do Império*: Através dos mecanismos de dominação e exploração, o Imperialismo tem interferido diretamente no destino do Brasil. Nossa obrigação é lutar contra estas interferências, em defesa da soberania política e alimentar, do território e das sementes. Entendidas como "patrimônio da humanidade", as sementes nos ajudam a perceber que é possível enfrentar as empresas que teimam em apoderar-se da biodiversidade de nossos território e fazer da vida um grande negócio;

g) *Por fim, aperfeiçoamento dos canais de comunicação com os trabalhadores*: A partir de um esforço coletivo, está sendo produzindo o jornal **Brasil de Fato**, numa tentativa de reunir o pensamento e a própria esquerda em torno de um projeto popular e socialista para o Brasil. Só assim poderemos acreditar que a solução de todos os problemas chegará.

Ainda que não coloquem o Movimento em situação de colisão imediata com o governo, tais diretrizes demonstram, no entanto, o afastamento do mesmo da posição de irrestrito apoio ao governo construída durante a campanha e no início do mandato. O MST percebe que os movimentos populares necessitam retomar a iniciativa na luta por um novo projeto para o país.

5. CONCLUSÃO

Desde sua criação o MST formulou como objetivo central da luta a realização de uma reforma agrária em oposição ao latifúndio, perspectiva que não se sustentava originalmente numa organização política consolidada. *Ocupar e resistir* constituía-se nas práticas e ações dominantes. Fazer a reforma agrária seria obra do Estado, mas, para que isso se realizasse, era preciso a força do movimento popular enfrentando o latifúndio e exigindo dos governantes a desapropriação de terras. Esse procedimento alçou líderes como Stédile, Bogo, Gilmar Mauro, José Rainha, Diolinda e, aqui na Bahia, Walmir Assunção, entre outros. A repressão sistemática às ocupações e o apoio da sociedade civil tornaram o MST um movimento de oposição ao governo federal e inimigo dos latifundiários.

Após os massacres de Eldorado e de Corumbiara, a mídia passou a dar maior atenção a esse movimento, já organizado nacionalmente, politizado e com uma direção nacional à esquerda. Com o apoio, primeiramente da CPT e posteriormente da CUT, o MST se tornou uma força de oposição ao governo FHC. A expansão, territorialização e consolidação do MST abriram novas perspectivas de luta em nível nacional, pois, pouco a pouco, novas bandeiras de luta são acrescidas à reforma agrária. À reivindicação mínima – reforma agrária – se agregou a luta por democracia, melhores condições de vida, defesa do meio ambiente e o próprio socialismo. Este último se apresenta como um objetivo estratégico, como uma proposta de futuro. Para alcançá-lo, o Movimento promove a formação interna através da educação, forma quadros e unifica os sem-terra enquanto militantes de luta pelo acesso à terra.

Para dar cabo desta formação e orientar na ação de caráter revolucionário surgiram lideranças nacionais, algumas preocupadas com a teorização e construção de novas práticas sociais, a exemplo de Bogo, outras moldadas pelo enfrentamento e pela ação, como é o caso de José Rainha, afora aquelas, como Stédile, que se projetaram tanto no campo teórico quanto na direção da organização. Corroborando a organização nacional, surgiam centros regionais e estaduais e formavam-se as lideranças de base. Seguindo este caminho, o MST aproximou-se do movimento camponês internacional, conseguindo ser um exemplo de luta e resistência sem utilizar-se de métodos de guerrilha nem sofrer cooptação por parte do Estado. Apesar disso, recebeu o apoio de todos que lutavam pelas mesmas causas, como o PT e os intelectuais de esquerda, convertendo-se igualmente no principal alvo não só do latifúndio como também da grande mídia que, ao lado do governo, serviu-se de mecanismos para criminalizar o movimento.

Ora, para atingir este grau de coesão e consolidação o MST fez uso não só de táticas políticas como também da reeducação de suas bases, através de um

trabalho ideológico de convencimento de uma nova concepção de mundo, o que se apresenta, sobretudo, nos estudos da mística elaborados por Bogo. Nossa análise da mística nos indica sua potencialidade, enquanto unificadora do movimento, e seus limites, na medida em que os mecanismos racionais da comunicação são substituídos pela linguagem simbólica, o que poderá levar à minimização efetiva da compreensão racional do mundo. A interpretação de Ademar Bogo (2002) é bastante coerente, no entanto, embora concordando que é muito difícil se contrapor ao sistema sem uma organicidade e uma disciplina que façam o movimento avançar como um todo, parece-me que as consciências devem permanecer abertas para o novo que está sendo construído pelo próprio MST, e talvez este seja podada pela mística.

Assim, chegamos à conclusão de que apesar desses senões, a tendência do movimento é revolucionária, no sentido de que as ocupações continuam, assim como as pressões para a consecução de uma reforma agrária. Consideramos ainda que o movimento se encontra hoje numa encruzilhada devido ao seu apoio explícito ao governo federal. Pela primeira vez sua autonomia sofre restrições e suas ações são moldadas por certa tolerância para com o presidente da República. Esta situação certamente é transitória, pois o governo tem agido com bastante parcimônia para não causar problemas maiores a sua base de apoio, surgindo daí propostas de reforma agrária em terras devolutas, redução do ritmo de desapropriações, privilégio da qualidade em detrimento do número de novos assentamentos etc. Todas estas novas propostas bloqueiam, na prática, o programa do MST, restando-lhe, portanto, decidir entre a aceitação de um papel secundário no arco de alianças ou continuar, de modo independente e autônomo, sua luta pela reforma agrária e pelo socialismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bogo, Ademar. **O vigor da mística**. São Paulo, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 2002.
- Câmara, Antônio da Silva e Marambaia, Hudson. "Justiça e MST". **Anais do Xº Congresso de Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, 2000. (CD-Rom)
- Fernandes, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 2000.
- _____. "As armas do MST" (entrevista). **Caros Amigos**, 39. São Paulo, Casa Amarela, jun., 2000a, p. 23.
- _____. e Stédile, João Pedro. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

* *Andréa Moniz de Aragão Farias* é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

ANEXOS

QUADRO 1: PRIMEIRAS LUTAS

ACAMPAMENTO	INÍCIO	SOLUÇÃO ENCONTRADA	FINAL
RIO GRANDE DO SUL			
Nonoai	1940	Expulsão	Mai. 1978
Macali	Jun. 1979	Assentamento	Ago. 1979
Brilhante	Jun. 1979	Assentamento	Ago. 1979
Encruzilhada Natalino	Dez. 1980	Transferidos para três assentamentos nos municípios de Ronda Alta, Cruz Alta e Palmeiras das Missões	1983
Estação Experimental Fitotécnica (Santo Augusto)	Ago. 1985	Expulsos, acampados em área de pequenos proprietário, posteriormente assentados nos municípios de Erval Seco e Tupaciretã. 1º assentamento do MST	1986
SANTA CATARINA			
Faz. Burro Branco (Campo Eré)	Mai. 1980	Desapropriação da fazenda e assentamento	Nov. 1980
PARANÁ			
Acampamento no Trevo de Acesso a Itaipu*	1980	Transferidos para os assentamentos nos municípios de Arapoti e Toledo	
SÃO PAULO			
Faz. Primavera (região de Andradina)	1970	Desapropriação e assentamento	1980
Faz. Pirituba (Itapeva e Itaberá)	1981	Despejo, reocupação, retomada da posse da área ocupada pelo governo. Assentamento	1984
Ocupação das Faz. Tucano e Rosnaela (Teodoro Sampaio)	1983	Despejo, reocupação, desapropriação e assentamento	1984
MATO GROSSO DO SUL			
Faz. Baunilha (Itaquaraí)	1979	Transferência para mil quilômetros de distância; nova transferência para município de Colider	1981
Faz. Santa Idalina (Invinhema)	1983	Expulsão (através de reintegração de posse), acampamento fora da fazenda, assentamento definitivo numa área de cinco mil hectares (comprada pelo governo. Assentamento)	1984

Fonte: Os Quadros foram construídos a partir de Fernandes (2000).

** Luta decorrente da perda da terra ainda em 1975, quando da Construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.*

QUADRO 2: EXPANSÃO NO NORDESTE

ACAMPAMENTO	INÍCIO	SOLUÇÃO ENCONTRADA	FINAL
BAHIA			
Faz. Reunidas Companhia Vale do Rio Doce (Alcobaça)	1987	450 famílias participaram da ocupação às quais se acresceram mais trezentas mobilizadas pela Prefeitura. A área foi desapropriada, constituindo-se no assentamento 4.045	1998
Faz. Bela Vista (Itamaraju)	1988	Despejados por ordem judicial, transferidos para as margens da BR 101, prisão de lideranças. Conflito com a UDR. Nova ocupação em área cedida por freis Capuchinhos. Acordo do MST com governo Waldir Pires visando a concessão de áreas para assentar as famílias acampadas. Retomada de ocupações	1988
Faz. Reunidas Corumbau (Prado) Faz. Vale do Rio Doce (Prado) Faz. Boa Esperança (Porto Seguro)	1988	Famílias acampadas na área dos freis Capuchinhos transferem-se para estas três fazendas. Manutenção das ocupações	1998
Ocupação de área conhecida por Sapucaeira (Prado)	1989	Ocupação realizada por duas vezes com despejo judicial	1989
Faz. Revesa e Três Irmãos (Prado)	1989	Manutenção da ocupação, áreas destinadas a assentamento	1989
Faz. da Vale do Rio Doce (Eunápolis)	1989	Manutenção da ocupação, áreas destinadas a assentamento	
Faz. Mariana (Camamu)	1989	MST apóia ocupação em área de conflito entre posseiros e grileiros. Várias ocupações e re-ocupações	1989
SERGIPE			
Faz. Barra da Onça (Poço Redondo)	1985	Despejo	1985
Faz. Borda da Mata (Canhoba)	1986	Despejo quatro meses depois	1986
Faz. Monte Santo (Gararu)	1987	Desapropriação por exploração e assentamento com o nome de Nova Esperança	1989
Faz. Bethânia (região do Agreste sergipano)	1988	Destruição dos barracos e despejo	-
Faz. Santana do Cuiari (Pacatuba)	1989	Desapropriação de parte da fazenda e assentamento	1989
Faz. Tinguí (Riachuelo, Malhados e Santa Rosa de Lima)	1989	Despejo com violência	1989
ALAGOAS			
Acampamento fazenda Peba (Delmiro Gouveia)	1987	Resistência e desapropriação da terra	1987
Latifúndio Lagoa da Serrinha (Penedo)	1989	Despejo e transferência	1989

Faz. Boa Vista (Jacuípe)	1989	Resistência e assentamento	1989
Faz. Jundia (Chã Preta)	1989	Despejo	1989
PERNAMBUCO			
Faz. Caldeirão (Pedra)	1985	Despejo, reocupação três semanas depois, resistência e assentamento	1986
Faz. Suape (Cabo)	1985	Resistência, concessão de terras por dez anos	1985
Faz. Periquito (Floresta)	1990	Ocupação sem solução identificada	1990
Faz. Serra Negra (Floresta)	1990	Despejo, negociação com INCRA de assentamento em Cabrobó, na região de Petrolina; retorno à Zona da Mata. Ocupação de novas áreas em Petrolina	1990
PARAÍBA			
Faz. Sapucaia (Bananeiras)	1990	A fazenda estava em vias de ser desapropriada; pistoleiros efetivaram o despejo com ataque ao acampamento. Ocupação do INCRA, pedido de retomada do processo de desapropriação. Ocupação de outras fazendas. Resistência. Despejo da fazenda Maniçoba. Re-ocupações. Assentamentos das famílias que resistiram	1990
Engenho Maré (Alagoa Grande)			
Faz. Maniçoba (Esperança)			
RIO GRANDE DO NORTE			
Faz. Bom Futuro (Janduí e Campo Grande)	1989	Despejo feito por pistoleiros, vinte e quatro horas depois	1989
Faz. Palestina (Jucurutu)	1989	Prisão, soltura das lideranças e despejo	1989
Faz. Marajó (João Câmara)	1990	Resistência e assentamento	1990
CEARÁ			
Faz. Reunidas São Joaquim (Quixadá)	1989	Desapropriação para assentamento por decreto	1989
Faz. Tiraçange (Canindé)	1989	Desapropriação para assentamento	1990
Faz. Touros (Itapiúna)	1989	Despejo, ocupação de prédio do INCRA. Reassentamento provisório em outra fazenda (Experimental). Transferência para outras áreas. Faz. Touros reocupada por outras famílias em 1991	1991
PIAUI			
Faz. Marrecas (São João do Piauí)	1989	Resistência; não sofreram despejo. Assentamento	1989
Faz. Lisboa (São João do Piauí)	1989	Não sofreram despejo devido a pendências judiciais do latifundiário; negociações para desapropriação	1989
Faz. Mudubim	1990	Projeto de fazenda experimental do Estado. Despejo, resistência e assentamento	1990

QUADRO 3: MARANHÃO

ACAMPAMENTO	INÍCIO	SOLUÇÃO ENCONTRADA	FINAL
Faz. Santa Luzia (Santa Luzia)	1985		
Faz. Itabira (Imperatriz)	1987	Expulsão por pistoleiros, prisões e torturas	1987
Faz. Gameleira (Imperatriz)	1988	Despejo. Destruição das roças	1991
Faz. Terra Bela (Santa Luzia)	1988	Desapropriação, demarcação de terras para assentamento	1988
Faz. Diamante Negro (Vitória do Mearim)	1º Sem. 1989	Desapropriação	Indeterminado
Faz. Jussara (Imperatriz)	1989	Despejo imediato	1989
Faz. Serafim (Estreito)	1989	Desapropriação	1989
Faz. Ferrugem (João Lisboa)	1989	Assentamento das famílias com transferência para o Vale Verde, no município de Buriti	1990

QUADRO 4: GOIÁS

ACAMPAMENTO	INÍCIO	SOLUÇÃO ENCONTRADA	FINAL
Faz. Mosquito (Itapuranga)	1985	Despejo, resistência, desapropriação e assentamento	1986
Faz. Estiva (Goiás)	1985	Despejo, resistência e conquista da terra	1988
Faz. Rio Vermelho	1987	Resistência e desapropriação	1992
Faz. Vereda Bonita	1987	Resistência e desapropriação	1993
Faz. Retiro Velho (Itapirapuã)	1988	Resistência, compra por parte do governo, assentamento	Indeterminado
Faz. Europa (Goiás)	1989	Despejo pela Polícia Militar	1989